



**ALIMENTANDO
POLÍTICAS**

Jan.2019

A SINDEMIA GLOBAL DA OBESIDADE, DESNUTRIÇÃO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

– relatório da Comissão *The Lancet*

Um sumário executivo para decisões políticas sobre alimentação destinado a governos nacionais e municipais, sociedade civil, financiadores, empresas e agências internacionais

Juntos contra a Sindemia Global

Teresa Liporace

Coordenadora executiva do Idec

Estamos enfrentando um dos principais desafios de nossa era. Mudanças climáticas estão na iminência de entrar em um caminho sem volta, e as pandemias de obesidade e de desnutrição ameaçam a segurança alimentar da maior parte da população mundial. Combinadas, as complexas interações dessas crises geram uma Sindemia Global, o que nos impõe a necessidade urgente de reformulação de nossos sistemas de alimentação, agropecuária, transporte, desenho urbano e uso do solo.

Tamanha mudança não é possível sem uma ação articulada de atores que lutam por um mundo mais saudável, sustentável e justo. Há diversas vulnerabilidades, as quais só serão superadas com uma estratégia unificada de mitigação e adaptação.

No Brasil, a expansão da agropecuária envolve, em certos casos, práticas ilegais como o desmatamento e grilagem de terras, além do uso extensivo de agrotóxicos. Apesar do País ser o 5º maior produtor de alimentos do mundo, milhões de brasileiros passam fome e a obesidade atingiu 19,8% em 2018. A principal fonte de emissão de gases de efeito estufa no País é a agropecuária, responsável por mais de 70% das emissões em 2017. O Brasil e o Uruguai, por exemplo, já possuem mais gado bovino do que pessoas.

A forma de atuação e de organização do agronegócio e das grandes indústrias alimentícias os tornam atores significativos do problema da Sindemia Global. Superar esse paradigma representa reequilibrar as forças que estimulam dietas mais saudáveis e desestimulam o consumo de alimentos ultraprocessados, priorizam o uso da terra para uma agricultura justa, limpa e sustentável, e reduzem substancialmente as emissões de gases de efeito estufa.

Essa ação coordenada precisa apoiar os movimentos sociais nos níveis local, nacional e global, de forma a promover o pensamento sistêmico, compartilhar soluções inovadoras e promover esforços sinérgicos. São esses atores os grandes responsáveis por demandar a criação de políticas de enfrentamento da Sindemia Global, e monitorar sua implementação, enquanto os governos precisam se encarregar de trabalhar em conjunto para reduzir a pobreza e as iniquidades, e garantir direitos humanos.

Além disso, é fundamental reduzir a influência dos grandes interesses comerciais nos processos de desenvolvimento de políticas e tomada de decisão para permitir que os Estados implementem políticas de interesse à saúde pública, à equidade e à sustentabilidade do planeta.

Não temos a ilusão de que isso será fácil, mas temos a convicção de que essa transformação é indispensável para a manutenção da vida, dos direitos sociais e da saúde do planeta. Há mais de três décadas o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) luta em defesa do consumidor, conscientizando e demandando ética nas relações de consumo, de forma independente de empresas, partidos ou governo. Uma de nossas principais áreas de atuação é justamente a promoção de escolhas alimentares mais conscientes, saudáveis e sustentáveis, por isso podemos dizer com segurança que estamos prontos para mais esse desafio.

É hora de agir!

Patricia Jaime

Pesquisadora do Nupens/USP

O documento A Sindemia Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas: relatório da comissão Lancet apresenta, com um olhar inovador e ancorado em robusta análise científica feita por um grupo renomado de especialistas, a coexistência de três importantes problemas de saúde pública no mundo: obesidade, desnutrição e mudanças climáticas.

O conceito “Sindemia Global” aponta que as três pandemias – obesidade, desnutrição e mudanças climáticas – interagem umas com as outras, compartilham determinantes e, portanto, exercem uma influência mútua em sua carga para a sociedade. Suas causas passam pelos interesses comerciais que orientam o modelo hegemônico do sistema agroalimentar global, pela falta de vontade das lideranças políticas e pela frágil e insuficiente ação da sociedade em geral. Por conta disso, as soluções devem ser consideradas conjuntamente, e com urgência.

Esta publicação surge como um convite para que diferentes atores - do nível global ao local, da academia aos governos e movimentos sociais - pensem caminhos e respostas que quebrem a inércia política e resultem em compromissos com um sistema alimentar mais resiliente, sustentável, promotor da saúde e de justiça social.

O Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens) da Universidade de São Paulo (USP) recebe com entusiasmo esse chamamento, que reforça e revigora nossas reflexões acerca dos nexos entre alimentos ultraprocessados, nutrição, sistema alimentar e sustentabilidade. Compreendemos que, nas últimas décadas, o ultraprocessamento de alimentos passou a moldar o sistema alimentar e a influenciar os padrões alimentares populacionais, impactando negativamente a qualidade da alimentação, a saúde, a cultura e o ambiente.

Ter este importante relatório traduzido para a língua portuguesa oportuniza que o debate sobre a “Sindemia Global” ganhe força e impulsione a agenda nacional.

SINDEMIA GLOBAL

Um sumário executivo
para decisões políticas
sobre alimentação



Contexto

Relatório completo
em inglês disponível em:
[https://www.thelancet.com/
commissions/global-syndemic](https://www.thelancet.com/commissions/global-syndemic)

O Relatório da Comissão de Obesidade *The Lancet* demonstra que as pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas representam o principal desafio para os seres humanos, o meio ambiente e o nosso planeta. Como relatamos abaixo, essas pandemias que interagem de forma simultânea representam a Sindemia Global, com fatores fundamentais comuns nos sistemas de alimentação, transporte, desenho urbano e uso do solo. Esforços consistentes e combinados são exigidos por múltiplos atores a fim de implementar ações de trabalho duplo e triplo para enfrentar os sistemas que impulsionam a Sindemia Global. Essas ações sinérgicas serão essenciais para alcançar a saúde do planeta, que definimos como a saúde e o bem-estar dos seres humanos e dos ambientes naturais dos quais somos dependentes.

Custos Sociais da Sindemia Global

Os ganhos em saúde alcançados nos últimos 50 anos de desenvolvimento econômico global podem ser anulados nos próximos 50, devido às consequências das mudanças climáticas. Outros custos não monetizados, como a perda do potencial humano, as desigualdades sociais, a ruptura social, os danos ambientais e a perda da biodiversidade são enormes e ofuscam os custos econômicos. Os custos sociais da Sindemia Global são extensos e afetam, desproporcionalmente, a população pobre e países de baixa renda.

Obesidade

O excesso de peso corporal afeta mais de 2 bilhões de pessoas no mundo todo e é responsável por, aproximadamente, 4 milhões de mortes anualmente. Os custos econômicos atuais da obesidade são estimados em aproximadamente 2,8% do produto interno bruto (PIB) mundial.

Desnutrição

Na Ásia e na África, a desnutrição custa 4-11% do PIB. Em 2017, 155 milhões de crianças foram consideradas desnutridas a partir do indicador antropométrico de altura para idade (*stunted*) - não atingiram a estatura indicada para as suas idades - e 52 milhões de crianças foram considerados desnutridos a partir de indicador antropométrico de peso e altura (*wasted*) - não atingiram o peso designado para sua estatura. Dois bilhões de pessoas sofrem de deficiências de micronutrientes, e 815 milhões são cronicamente desnutridas.

Mudanças climáticas

As estimativas dos custos econômicos futuros das mudanças climáticas são de 5 a 10% do PIB mundial, com custos que podem exceder 10% do PIB de países de baixa renda.

Inércia Política

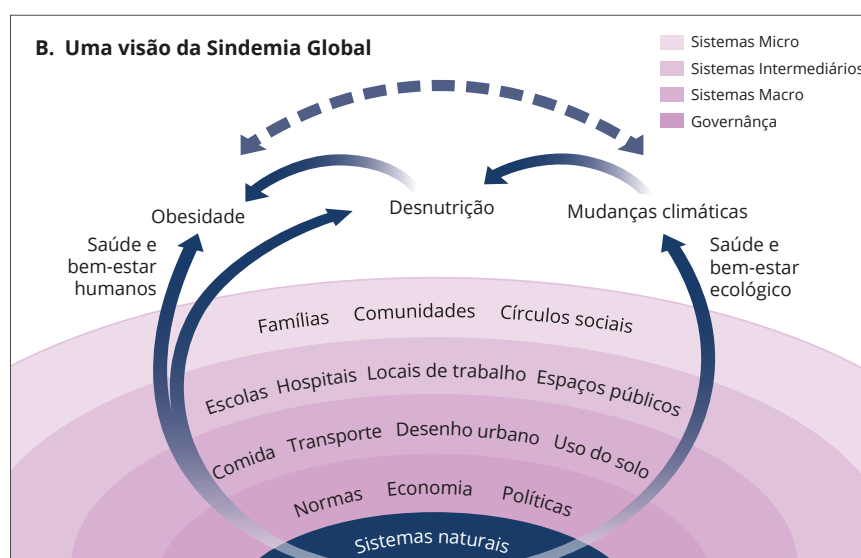
As respostas políticas dos governos dos países à obesidade, à desnutrição e às mudanças climáticas como problemas separados têm sido lentas e inadequadas. Essa inércia política deriva da relutância dos gestores públicos em implementar políticas efetivas, da forte oposição motivada por interesses comerciais, e da demanda insuficiente por mudanças pela população e sociedade civil. A desnutrição está diminuindo muito lentamente para atingir as metas globais, nenhum país reverteu a epidemia de obesidade e as respostas políticas abrangentes às ameaças das mudanças climáticas mal começaram.

A Narrativa Sindêmica Global

A má nutrição em todas as suas formas, incluindo a desnutrição, a obesidade e outros riscos alimentares para doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), é, de longe, a principal causa (19%) de doenças e mortes prematuras no mundo todo. Num futuro próximo, os impactos das mudanças climáticas sobre a saúde agravarão significativamente esse alto ônus para a saúde. Vemos as mudanças climáticas como uma pandemia (epidemia global) por causa de seu rápido crescimento e extensos danos à saúde do planeta. Essas três pandemias - obesidade, desnutrição e mudanças climáticas - representam a Sindemia Global, que afeta a maioria das pessoas em todos os países e regiões do mundo. Uma sindemia é uma sinergia de pandemias que coexistem no tempo e no espaço, interagem entre si e compartilham fatores sociais fundamentais comuns. Por exemplo, os sistemas alimentares não apenas impulsionam as pandemias de obesidade e desnutrição, mas também geram de 25-30% das emissões de gases do efeito estufa (GEEs) - a produção de gado é responsável por mais da metade dessas emissões. Sistemas de transporte dominados por carros apoiam estilos de vida sedentários e geram entre 14-25% dos GEEs. Subjacentes a tudo isso estão os fracos sistemas de governança política, a busca econômica incontestável pelo crescimento do PIB e as estratégias comerciais poderosas que estimulam o consumo excessivo.

A imagem ao lado mostra que os fatores comuns da Sindemia Global surgem a partir dos alimentos, do transporte, do desenho urbano e dos sistemas de uso do solo que, por sua vez, derivam dos sistemas naturais e são moldados pelas políticas, incentivos e desincentivos econômicos e normas estabelecidos por meio de mecanismos de governança. As camadas externas são os cenários e as redes sociais nas quais as pessoas interagem. Os resultados da obesidade, da desnutrição e das

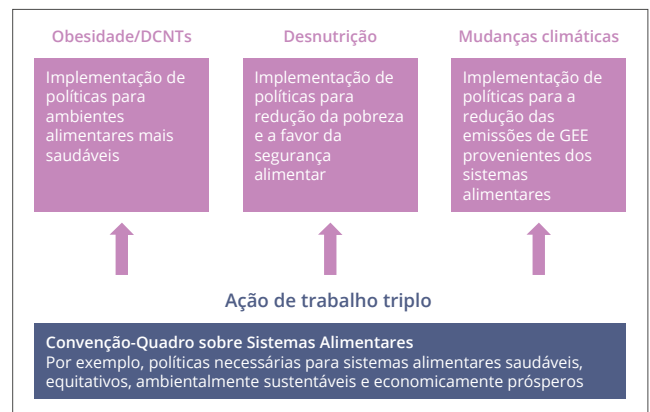
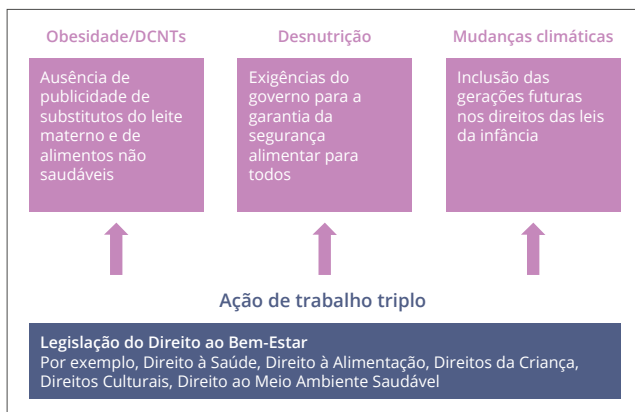
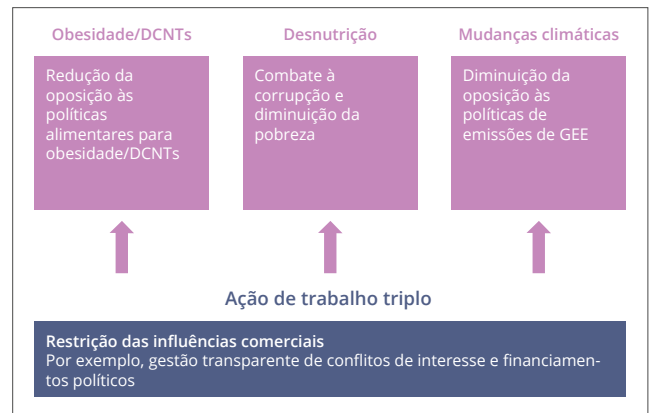
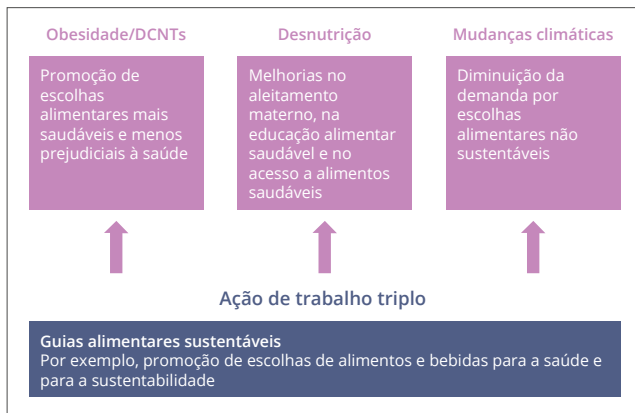
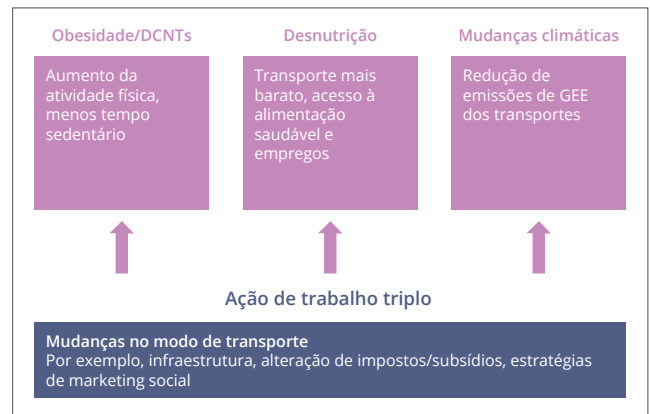
mudanças climáticas interagem entre si. Por exemplo, as mudanças climáticas aumentarão a desnutrição por meio do aumento da insegurança alimentar resultante de eventos climáticos extremos, secas e mudanças na agricultura. Da mesma forma, a desnutrição fetal e a infantil aumentam os riscos da obesidade adulta. Os efeitos das mudanças climáticas sobre a obesidade, e vice-versa, são atualmente incertos. Ações que reorientem os sistemas fundamentais (por exemplo, políticas agrícolas para a saúde e a sustentabilidade) ou as alavancas de governança (por exemplo, redirecionamento de impostos e subsídios) serão as ações de trabalho duplo e triplo necessárias para enfrentar a Sindemia Global.



Ações de Trabalho Duplo e Triplo

Muitas recomendações atuais para reduzir os índices de obesidade e de desnutrição também serão benéficas para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, e vice-versa. Contudo, para enfrentar seriamente a Sindemia Global, será necessária uma ação com a finalidade de enfrentar os fatores sociais, políticos, socioeconômicos e comerciais fundamentais. Essas são as ações de trabalho duplo ou triplo (ver exemplos abaixo), porque podem influenciar múltiplas partes da sindemia de forma simultânea. Tais ações, que procuram reorientar os principais sistemas de alimentação e agricultura, transporte, desenho urbano e uso do solo que impulsionam a Sindemia Global, precisam acontecer local, nacional e globalmente. A implementação de ações para lidar com esses fatores mais profundos é politicamente mais difícil de alcançar, e seus resultados são mais incertos em comparação a ações posteriores, como programas de promoção da saúde ou prestação de serviços de saúde. Entretanto, a implementação é essencial para mudanças sistêmicas transformadoras.

Exemplos de Ações de Trabalho Triplo



O Caminho a Seguir

A Comissão não tem qualquer ilusão de que a implementação de soluções de ações de trabalho duplo e triplo será algo fácil de se conseguir. De fato, um movimento social transformador, construído por meio dos níveis local, nacional e global, é necessário para vencer a inércia política descrita acima. Conceituar as três pandemias como Sindemia Global, com fatores sistêmicos comuns e interações complexas, pode contribuir para a nova narrativa necessária para acelerar esse movimento social.

Acreditamos que a articulação das necessidades e benefícios das ações de trabalho duplo e triplo também nos levará a visões e estratégias inovadoras que podem ser disseminadas e dimensionadas.



Ações para Todos

1. Pense nos termos da Sindemia Global para se concentrar em fatores sistêmicos comuns que demandam ações coletivas de vários atores.

→ Crie a narrativa de fatores sistêmicos comuns e ações de trabalho duplo ou triplo para apoiar os movimentos sociais nos níveis local, nacional e global.

2. Crie plataformas colaborativas para juntar os atuais grupos de esforços em redes locais, nacionais e globais, trabalhando em ações de trabalho duplo e triplo.

→ Vincule iniciativas para conectar os grupos a iniciativas de nível local (por exemplo, organizações de saúde e não relacionadas à saúde), nacional (em ministérios de educação, assuntos sociais, agricultura e mudanças climáticas) e global (por exemplo, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e Década de Ação em Nutrição) para promover o pensamento sistêmico, compartilhar soluções inovadoras e promover esforços sinérgicos.



Ações para as Nações e Municípios

3. Reduza a pobreza e as iniquidades para reduzir o número de vítimas da Sindemia Global, que afeta, desproporcionalmente, as pessoas mais pobres.

→ Implemente estratégias para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 da Organização das Nações Unidas (ONU) como uma prioridade para todos os países.

4. Implemente integralmente as obrigações de direitos humanos para proteger populações socialmente desfavorecidas, especialmente crianças e mulheres, e mobilize ações para poder criar ambientes saudáveis e ativos para todas as pessoas.

→ Incorpore os direitos reconhecidos pelo direito internacional, incluindo o direito à saúde, o direito à alimentação, os direitos culturais, os direitos da criança e o direito implícito a um ambiente saudável, às constituições e leis nacionais sob o guarda-chuva do Direito ao Bem-Estar.

5. Reduza a influência de grandes interesses comerciais nos processos de desenvolvimento de políticas para permitir que os governos implementem políticas de interesse à saúde pública, à equidade e à sustentabilidade do planeta.

→ Fortaleça as instituições democráticas, como as leis de liberdade de informação, as declarações de doações políticas, as posições independentes do ombudsman¹ e do membro da comissão, além de plataformas para o engajamento da sociedade civil na tomada de decisões das políticas públicas.

1. Funcionário encarregado de ouvir queixas dos clientes ou consumidores em empresas públicas ou privadas e investigar os fatos, dando às denúncias uma solução adequada. (Dicionário Michaelins)

- Institucionalize políticas de gestão de conflitos de interesse claras e robustas para o desenvolvimento de políticas.

6. Elimine subsídios para produtos que contribuam para a Sindemia Global e redirecione o financiamento para ações que a mitiguem.

- Aumente a conscientização sobre o impacto dos subsídios nos verdadeiros custos do uso de alimentos e de transportes para construir apoio à agricultura sustentável e meios de transporte sustentáveis.
- Redirecione subsídios governamentais existentes para a carne bovina, os laticínios, o açúcar, o milho, o arroz e o trigo (cerca de US\$ 0,5 trilhões por ano) à agricultura sustentável para alimentos saudáveis.
- Redirecione subsídios para combustíveis fósseis (cerca de US\$ 5 trilhões por ano) à energia renovável e a sistemas de transporte sustentáveis.

7. Forneça informações claras e compreensíveis aos consumidores a respeito de produtos alimentícios que gerem impacto na saúde e no meio ambiente, para possibilitar a esses consumidores que façam escolhas informadas e criem mudanças no mercado orientadas pela demanda por produtos que apoiam sistemas alimentares sustentáveis.

- Use a rotulagem nutricional para alertar os consumidores sobre produtos com alto teor de açúcar, sal e gordura saturada, e para estimular a reformulação de produtos pela indústria.
- Adicione indicadores de sustentabilidade, como carbono e pegadas hídricas, aos rótulos dos alimentos para ajudar os consumidores a fazerem escolhas mais sustentáveis.

8. Amplie as ações municipais sobre poluição do ar e congestionamento do tráfego para incluir ações sobre transportes urbanos e sistemas alimentares saudáveis e resilientes.

- Invista em projetos urbanos e sistemas de transporte para promover caminhadas, ciclismo e transporte público e construa sistemas alimentares urbanos para promover resiliência, saúde e equidade.
- Fortaleça as redes nacionais e internacionais das cidades para compartilhar recursos e estratégias inovadoras para enfrentar a Sindemia Global.

9. Apoie as coalizões comunitárias para mobilizar ações locais que criem pressão para que as políticas nacionais reduzam a Sindemia Global.

- Apoie intervenções aos sistemas, baseadas na comunidade e que criem ambientes saudáveis, resilientes e sustentáveis, e que defendam políticas nacionais de apoio.

10. Reoriente os modelos de negócios para que produzam resultados benéficos às pessoas, ao planeta e aos lucros, de modo que os negócios mudem o foco dos resultados de curto prazo, somente baseados em lucro, para modelos sustentáveis que incluam explicitamente benefícios à sociedade e ao meio ambiente.

- Incorpore os custos dos danos à saúde e ao meio ambiente originados dos processos empresariais e produtos aos custos de se fazer negócios, e não ao de contribuintes ou das gerações futuras.

11. Acelere os compromissos nacionais a fim de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU para criar o conselho, esforços intersetoriais necessários para enfrentar a Sindemia Global.

- Estabeleça metas específicas, mensuráveis, alcançáveis e relevantes, além de um cronograma para atingi-las.
- Construa sistemas de responsabilidade para atingir esses objetivos.



Ações para a Sociedade Civil

12. Atue para aumentar a demanda por políticas de enfrentamento da Sindemia Global.

- Construa coalizões civis para defender políticas específicas, por exemplo, alimentação saudável nas escolas ou infraestrutura do transporte público, e para mudanças mais profundas e mais transformadoras, por exemplo, restrição das influências comerciais na formulação de políticas públicas e promulgação da legislação de direitos humanos.

13. Monitore a implementação de políticas para aumentar a responsabilidade independente por ações para mitigar a Sindemia Global.

- Combine plataformas de monitoramento de políticas alimentares existentes com novas plataformas de monitoramento para atividades físicas e mudanças climáticas.
- Use evidências de monitoramento de políticas para responsabilizar a atuação de governos e corporações na Sindemia Global.
- Priorize pesquisas relevantes, empíricas e de modelagem de políticas sobre a dinâmica da Sindemia Global e os impactos das ações de trabalho duplo e triplo.



Ações para os Financiadores

14. Use o auxílio para desenvolvimento e financiamentos como um mecanismo de incentivo das ações de trabalho duplo ou triplo para enfrentar a Sindemia Global.

- Incorpore o desenvolvimento de políticas para melhorar a governança, os sistemas alimentares e o uso do solo para enfrentar a Sindemia Global como componente essencial da assistência técnica e financiamentos como do Banco Mundial, de agências de desenvolvimento e de outros.

15. Desenvolva um “Fundo Alimentar” global para apoiar os esforços de organizações da sociedade civil para aumentar a pressão para a criação de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e equitativos.

- Além dos pedidos de investimento de US\$ 70 bilhões ao longo de 10 anos para atingir as metas globais de redução da desnutrição, os investidores filantrópicos devem investir US\$ 1 bilhão para o fortalecimento da defesa social das sociedades civis para exigir ações políticas complementares para o enfrentamento da Sindemia Global.

16. Financie pesquisas sobre conhecimentos indígenas e tradicionais para entender os paradigmas, as práticas e os produtos que promovem a saúde ideal do planeta.

- Estabeleça um “Fundo de Sete Gerações” baseado no conceito iroquês² de tomada de decisão para sete gerações, para que o conhecimento indígena e as visões de mundo possam ser pesquisados, reconhecidos internacionalmente e incorporados a políticas que tenham impacto na saúde humana e ambiental.

2. Os iroqueses, também conhecidos como Haudenosaunee, foram um grupo nativo norte-americano que vivia em torno da região dos Grandes Lagos, primariamente no sul de Ontário, uma província do Canadá, e no nordeste dos Estados Unidos.



Ações para Agências Internacionais

17. Estabeleça uma Convenção-Quadro sobre Sistemas Alimentares como a estrutura jurídica abrangente para comprometer países a criar, coletivamente, sistemas alimentares que promovam a saúde, a equidade, a sustentabilidade ambiental e a prosperidade econômica.

→ Use as disposições constitucionais das agências da ONU e/ou órgãos regionais (por exemplo, União Europeia, Fórum do Pacífico) para desenvolver uma Convenção-Quadro sobre Sistemas Alimentares para os Estados-Membros ratificarem e aprovarem a nível nacional.

18. Monitore a implementação de políticas recomendadas pela ONU e outros órgãos competentes para o enfrentamento da obesidade, da desnutrição, das mudanças climáticas e de seus determinantes.

→ Trabalhe com pesquisadores, organizações da sociedade civil e governos para criar sistemas de responsabilidade independentes para as ações dos governos e do setor privado para mitigar a Sindemia Global.

Comissão *The Lancet* sobre Obesidade: Membros da Comissão e Parceiros

Boyd A Swinburn, Doutor em Medicina

Co-Presidente. Professor da Escola de Saúde da População da Universidade de Auckland, Nova Zelândia

William H Dietz, Doutor em Medicina

Co-Presidente. Professor da Escola de Saúde Pública do Instituto Milken, Universidade George Washington, EUA

Steven Allender, Doutor

Professor e Diretor do Centro Global de Obesidade da Universidade Deakin, Austrália

Vincent J Atkins, Mestre em Ciências

Assessor Técnico, Secretariado da Comunidade do Caribe (CARICOM), Barbados, Antilhas

Phillip I Baker, Doutor

Pesquisador Adjunto de Pós-Doutorado na Alfred Deakin, Instituto de Atividade Física e Nutrição, Universidade Deakin, Austrália

Jessica R Bogard, Doutora

Cientista de Sistemas de Nutrição, Organização de Pesquisa Científica e Industrial da Commonwealth, Austrália

Hannah Brinsden, Bacharel em Ciências

Chefe de Políticas, Federação Mundial de Obesidade, Reino Unido

Alejandro Calvillo, Bacharelado em Artes

Conselheiro, El Poder del Consumidor, México

Olivier De Schutter, Doutor

Professor, Instituto de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Jurídicas, Universidade Católica de Louvain, Bélgica

Raji Devarajan, Mestre em Ciências

Pesquisador, Centro de Controle de Doenças Crônicas, Índia

Majid Ezzati, Vencedor do Prêmio da Academia de Ciências Médicas

Professor da Escola de Saúde Pública do Imperial College de Londres, Reino Unido

Sharon Friel, Doutora

Professora, Escola de Regulação e Governança Global, Universidade Nacional da Austrália, Austrália

Shifalika Goenka, Doutora

Professora da Fundação de Saúde Pública da Índia, Índia

Ross A Hammond, Doutor

Membro Sênior, Centro de Dinâmica Social e Política, Instituição Brookings, EUA

Gerard Hastings, Doutor

Professor Emérito, Instituto de Marketing Social, Universidade de Stirling, Escócia, Reino Unido

Corinna Hawkes, Doutora

Professora e Diretora, Centro de Política Alimentar, Universidade de Londres, Reino Unido

Mario Herrero, Doutor

Pesquisador Chefe, Organização de Pesquisa Científica e Industrial de Commonwealth, Austrália

Peter S Hovmand, Doutor

Professor, Escola Brown, Universidade de Washington em St. Louis, EUA

Mark Howden, Doutor

Professor, Instituto de Mudança Climática, Universidade Nacional Australiana, Austrália

Lindsay Jaacks, Doutora

Professora Assistente, Escola de Saúde Pública Harvard T.H. Chan, Universidade de Harvard, EUA

Ariadne Kapetanaki, Doutora

Professora Assistente, Escola de Negócios Hertfordshire, Universidade de Hertfordshire, Reino Unido

Matt Kasman, Doutor

Diretor Assistente de Pesquisa, Centro de Dinâmica Social e Política, Instituição Brookings, EUA

Vivica Kraak, Doutora

Professora Assistente, Departamento de Nutrição Humana, Alimentos e Exercício, Virginia Tech, EUA

Harriet Kuhnlein, Doutora

Professora Emérita, Centro de Nutrição e Meio Ambiente dos Povos Indígenas, Universidade McGill, Canadá

Shiriki Kumanyika, Doutora

Professora Pesquisadora, Escola de Saúde Pública Dornsife, Universidade de Drexel, EUA

Baghar Larijani, Doutor em Medicina

Professor, Centro de Pesquisa em Endocrinologia e Metabolismo, Universidade de Ciências Médicas de Teerã, Irã

Tim Lobstein, Doutor

Diretor do Programa de Políticas, Federação Mundial de Obesidade, Reino Unido

Michael W Long, Doutor em Ciência

Professor Assistente, Escola de Saúde Pública do Instituto Milken, Universidade George Washington, EUA

Victor KR Matsudo, Doutor em Medicina

Diretor Científico, Laboratório de Pesquisa em Aptidão Física de São Caetano do Sul, Brasil

Susana DH Mills, Doutora

Pesquisadora, Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade de Newcastle, Reino Unido

Gareth Morgan, Doutor

Fundador, Fundação Morgan, Nova Zelândia

Alexandra Morshed, Mestre

Pesquisadora, Escola Brown, Universidade de Washington em St. Louis, EUA

Patrícia Nece, Doutora em Direito

Membro do Conselho, Coalizão de Ação da Obesidade, EUA

An Pan, Doutor

Professor, Faculdade Médica de Tongji, Universidade de Ciência e Tecnologia de Huazhong, China

David W Patterson, Mestre em Direito

Consultor, Organização para o Direito Internacional do Desenvolvimento, Holanda

Gary Sacks, Doutor

Professor Associado, Centro Global de Obesidade, Universidade de Deakin, Austrália

Meera Shekar, Doutora

Líder Global, Prática Global de Saúde, Nutrição e População, Banco Mundial, EUA

Geoff L Simmons, Bacharel em Comércio

Conselheiro, Fundação Morgan, Nova Zelândia

Warren Smit, Doutor

Pesquisador, Centro Africano de Cidades, Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul

Ali Tootee, Doutor em Medicina

Pesquisador, Centro de Pesquisa em Diabetes, Teerã, Irã

Stefanie Vandevijvere, Doutora

Pesquisadora Sênior, Faculdade de Saúde da População, Universidade de Auckland, Nova Zelândia

Wilma E Waterlander, Doutora

Pesquisadora, Centro Médico Acadêmico, Universidade de Amsterdã, Holanda

Luke Wolfenden, Doutor

Professor Associado, Faculdade de Medicina e Saúde Pública, Universidade de Newcastle, Austrália

Ficha Técnica

Coordenação Executiva do Idec

Teresa Liporace

Organização

Hélen Freitas

Tradução

Eli Maciel

Revisão

Hélen Freitas e Laís Amaral

Projeto gráfico

coletivo oitentaedois

Supervisão

Ana Paula Bortoletto,
André Corrêa e Teresa Liporace

Imagens

iStock

Agosto de 2019

UM PROJETO DO

**ALIMENTANDO
POLÍTICAS**

APOIO

**NUPENS
USP**

ORGANIZAÇÃO E TRADUÇÃO

idec
Instituto Brasileiro de
Defesa do Consumidor

IBIRAPITANGA

